



QUANDO A COMIDA COME O SUJEITO: atravessamentos nas práticas alimentares dos povos Karajá- Aruanã-GO

Thiago Sebastião de Melo
Universidade de Brasília

Eguimar Felício Chaveiro
Universidade Federal de Goiás

Resumo

As (r)existências indígenas representam ao mesmo tempo o meio e o fim da conservação da sociobiodiversidade. Seus territórios e suas territorialidades efetivam uma cosmovisão que objetivamente constroem práticas muito mais condizentes com esta sociobiodiversidade do que a modernização dos territórios, mesmo em suas feições mais “sustentáveis”. Os povos Karajá-Aruanã-Go, situados a noroeste de Goiás, têm sido alvos de sequentes - e consequentes - ataques históricos. Especialmente depois de 1970, a transformação da planície fluvial do Araguaia em território de grandes fazendas de gado e a implementação do turismo nas praias do rio, juntando-se à fragmentação de seus lugares de vida, geraram uma forte pressão nas suas terras, na sua cultura, no seu modo de vida e em seu corpo. Essa pressão tem se efetivado a partir do desmatamento destinando a terra às pastagens; pela construção de clubes, condomínios e pousadas às margens do rio nos limítrofes urbanos; pelo uso intenso e predatório das praias; pelos efeitos catastróficos implementados pelo turismo de sol e praia na fauna do rio e, especialmente, pela redução da biodiversidade. As pesquisas realizadas pelo subprojeto BIOTEK (Biodiversidade e biotecnologia do Cerrado goiano) e desenvolvida em torno do projeto “Desenvolvimento territorial e Sociobiodiversidade: perspectiva para o mundo do Cerrado” - CAPES - demonstram os efeitos na sociobiodiversidade da seguinte maneira: de um lado há um contínuo processo de erosão genética; de outro, a invasão da cidade nas aldeias modifica a língua, os costumes e gostos da juventude; o regime de crença; a ligação com a ancestralidade e a alimentação dos povos Karajá.

Palavras-chave: Karajá; turismo; território; sociobiodiversidade; alimentação.

CUANDO LA COMIDA COME EL SUJETO: cruces en las prácticas alimentarias de los pueblos Karajá- Aruanã-GO

Resumen

Las (re)existencias indígenas representan tanto los medios como el fin de la conservación de la sociobiodiversidad. Sus territorios y territorialidades tienen una visión del mundo que construye objetivamente prácticas mucho más consistentes con esta sociobiodiversidad que la modernización de los territorios, incluso en sus características más "sostenibles". Los pueblos Karajá-Aruanã-Go, ubicados en el noroeste de Goiás, han sido objeto de ataques históricos secuenciales y consecuentes. Especialmente después de 1970, la transformación de la llanura del río Araguaia en territorio de grandes explotaciones ganaderas y la implementación del turismo en las playas del río, sumado a la fragmentación de sus lugares de vida, generaron una fuerte presión sobre sus tierras, en sus cultura, tu forma de vida y tu cuerpo. Esta presión ha sido efectiva desde que la deforestación destinó la tierra a pastos; para la construcción de clubes, condominios y posadas a orillas del río en los límites urbanos; el uso intenso y depredador de las playas; los efectos catastróficos del turismo de sol y playa en la fauna de los ríos y, especialmente, la reducción de la biodiversidad. La investigación realizada por el subproyecto BIOTEK (Biodiversidad y biotecnología del Cerrado de Goiás) y desarrollado em torno al proyecto "Desarrollo territorial y sociobiodiversidad: perspectiva para el mundo del Cerrado" - CAPES - demuestran los efectos sobre la sociobiodiversidad de la siguiente manera: por un lado hay un proceso continuo de erosión genética; por otro lado, la invasión de la ciudad en los pueblos cambia el idioma, los costumbres y los gustos de la juventud; el régimen de creencias; la conexión con la ascendencia y la comida de los pueblos Karajá.

Palabras clave: Karajá; turismo; território; sociobiodiversidad; alimentación;

INTRODUÇÃO

Um índio preservado em pleno corpo físico
Em todo sólido, todo gás e todo líquido
Em átomos, palavras, alma, cor
Em gesto, em cheiro, em sombra, em luz, em som
magnífico.

Num ponto equidistante entre o Atlântico e o Pacífico
Do objeto-sim resplandecente descerá o índio
E as coisas que eu sei que ele dirá, fará
Não sei dizer assim de um modo explícito.

[...]

E aquilo que nesse momento se revelará aos povos
Surpreenderá a todos não por ser exótico
Mas pelo fato de poder ter sempre estado oculto
Quando terá sido o óbvio.

As (r)existências indígenas representam ao mesmo tempo o meio e o fim da conservação da sociobiodiversidade. Seus territórios e suas territorialidades efetivam uma cosmovisão que objetivamente constroem práticas muito mais condizentes com esta sociobiodiversidade do que a modernização dos territórios, mesmo em suas feições mais “sustentáveis”.

Como disse Caetano Veloso, suas palavras, suas cores, seus gestos, seu cheiro e sua alma são porta-vozes de uma visão de mundo que, talvez, ainda não saibamos dizer de modo explícito em nossa língua e com nossa racionalidade. Mas de tão óbvia a necessidade de garantirmos as condições de sua reprodução, o extermínio destas culturas, que passa a ser chamado de etnocídio, tem sido reconhecido como crime contra a humanidade (VASSALO, 2019).

O problema se agrava à medida que o etnocídio vem consorciado com a degradação ambiental. A soma destas duas faces da barbárie atual aprofunda a crise ecológica imposta pelo capitalismo contemporâneo (MESZAROS, 2011).

Em seu contínuo movimento de reestruturação, o capitalismo passa atualmente do ciclo industrial para o ciclo de serviços. Como diz Zizek (2012), estas são as cores da reestruturação, não seu projeto acabado. Motivo pelo qual no espraiamento para novos territórios, condição para o reinvestimento de capital e controle de crises, a lógica industrial e suas narrativas seguem cumprindo papel preponderante. Não obstante, convivem cada vez mais intensamente com narrativas emergentes do mundo dos serviços, que passam a reproduzir estruturalmente o pior da precarização da existência em suas diversas dimensões (ANTUNES, 2018). E isso atinge também os territórios indígenas.

O turismo capitaneia essas novas narrativas. Há algumas décadas que tem sido apontado como vetor de desenvolvimento local sustentável. Mais recentemente, indicado como meio para a modernização de territórios (BRASIL, 2018). Por seus princípios, estaria, em tese, na contramão de outras narrativas de modernização do território, como a mineração e o agronegócio. Ocorre que não tem sido assim, tanto agronegócio (MELO, 2018, CHAVEIRO, CALAÇA, 2012) quanto mineração (MARQUES, 2018) se articulam com o turismo na aproximação de lógicas há muito conhecidas nos territórios, notadamente naqueles mais vulneráveis. Contraditoriamente, o turismo coloca com força no debate público a necessidade da conservação da sociobiodiversidade e da diversidade existencial, deixando em xeque as dinâmicas de expropriação territorial, negação da diversidade existencial e etnocídio vinculadas aos grandes projetos de capital transnacional, com ênfase para a mineração e o agronegócio.

Associadas, estas narrativas de dois tempos históricos distintos, mas não distantes, se amalgamam e atualizam o leque de contradições nas quais estão inseridos os territórios indígenas, bem como as possibilidades de conservação da sociobiodiversidade (CHAVEIRO, 2010; CHAVEIRO, CALAÇA, 2012; CHAVEIRO, 2014; CHAVEIRO, 2018).

A plasticidade da fusão que se apresenta sugere análises que sejam capazes de revelar as peculiaridades do rebatimento em determinado território, neste caso os territórios Karajá do município de Aruanã – GO, concomitantemente ao

desvelamento de seus traços gerais, afeitos ao modo como se estrutura hegemonicamente esta práxis turística combinada com velhas narrativas de modernização do território.

Em 2008 tanto o agronegócio quanto o turismo já cumpriam papel importante em Aruanã. O turismo se consolidou nestes dez anos desde a execução do subprojeto referido como importante componente da territorialização indígena no município. Sendo inclusive um dos principais pontos de discordância entre as lideranças das duas aldeias.

Ao mesmo tempo em que o turismo dinamiza as economias destes dois territórios, também causa outros impactos e disputa importância (?) com o agronegócio na gestão de políticas públicas e do chamado ordenamento territorial, tanto no município quanto no estado, num cenário de baixa participação popular nas esferas de decisão.

Uma questão emerge com força articuladora: como fica a gestão da sociobiodiversidade e seu vínculo com o turismo no âmbito de um governo de extrema-direita, pautado essencialmente pela bancada evangélica, com suas implicações para a negação da diversidade existencial (MELO, 2018), e pela bancada ruralista, com sua agenda regressiva para a questão ambiental e fundiária? Como fica o alimentar-se indígena, em muito diverso do comer não-indígena?

Internacionalmente o Brasil é conhecido por ter como seu principal “atrativo turístico” a soma de seus “recursos ambientais” e sua diversidade cultural. Assim, pensar o turismo é falar, obrigatoriamente, de sociobiodiversidade e cultura. Todavia, o atual governo federal foi eleito com uma plataforma de desmonte de políticas culturais e ambientais e tem sido reconhecido por sua implementação.

Duas questões derivadas da indagação central surgem e repõem os termos da pesquisa: Como estão a questão indígena e a questão ambiental no Congresso? Como está o (re)conhecimento delas e a organização indígena nestes dois territórios?

Estas questões mais específicas juntam à sociobiodiversidade e ao turismo um terceiro conceito que alinhava este trabalho: os direitos humanos! Tanto na escala planetária, quanto na escala de um território determinado, os direitos humanos formulam uma série de pressupostos (direitos) que visam garantir dignidade. Dentre eles, a questão ambiental, territorial e alimentar são estruturantes. Deveriam, portanto, compor a centralidade dos esforços de governos e Estado para assegurar dignidade aos sujeitos.

Ocorre que no Brasil os mesmos que governam e legislam são os interessados na expropriação e exploração de quem reside no campo (CASTILHO, 2012)

ESTÃO ENGOLINDO OS KARAJÁ!

Os povos Karajá-Aruanã-Go, situados a noroeste de Goiás, têm sido alvos de seqüentes - e conseqüentes - ataques históricos. Especialmente depois de 1970, a

transformação da planície fluvial do Araguaia em território de grandes fazendas de gado e a implementação do turismo nas praias do rio, juntando-se à fragmentação de seus lugares de vida, geraram uma forte pressão nas suas terras, na sua cultura, no seu modo de vida e em seu corpo.

Essa pressão tem se efetivado a partir do desmatamento destinando a terra às pastagens; pela construção de clubes, condomínios e pousadas às margens do rio nos limítrofes urbanos; pelo uso intenso e predatório das praias; pelos efeitos catastróficos implementados pelo turismo de sol e praia na fauna do rio e, especialmente, pela redução da biodiversidade.

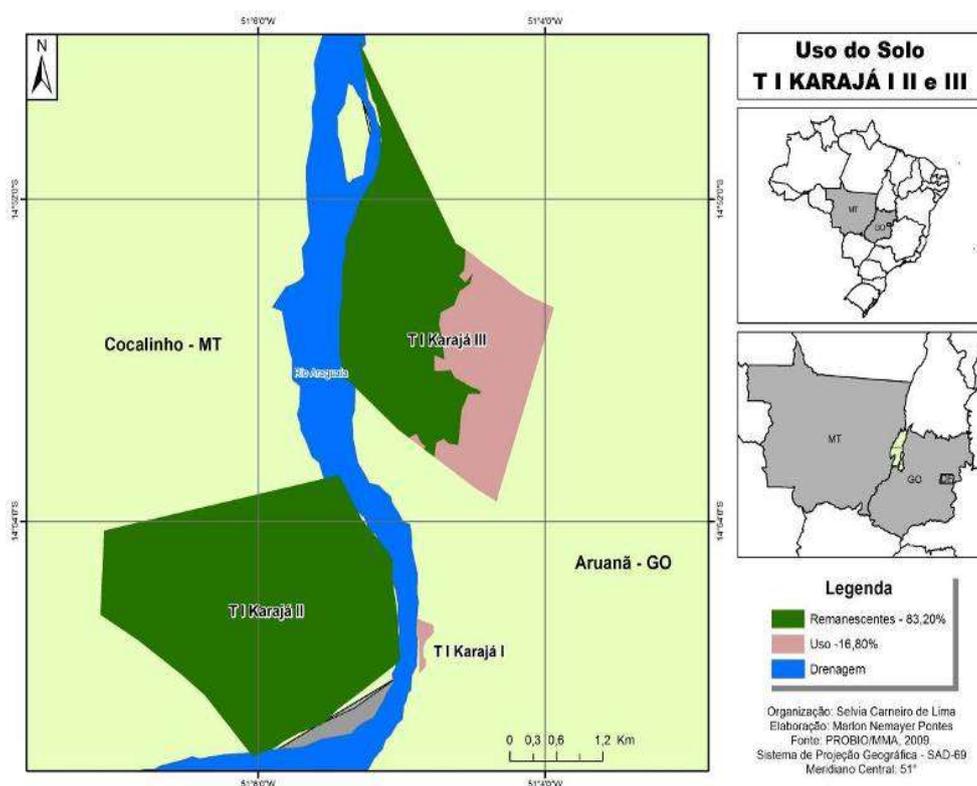


Figura 1. Uso do solo nos territórios Karajá de Aruanã – GO.

Fonte: Lima (2016).

Como se vê no mapa de Uso do Solo ou da Terra, a fragmentação das terras Karajá em três - (terra indígena I - aldeia Buridina, terra indígena II e terra indígena III – aldeia Aricá), foi acompanhada também pela separação entre os povos. Poder-se-ia dizer: a fragmentação da terra cunhou a atomização da cultura.

As pesquisas realizadas pelo subprojeto supra referido BIOTEK (Biodiversidade e biotecnologia do Cerrado goiano) e desenvolvida em torno do projeto “Desenvolvimento territorial e Sociobiodiversidade: perspectiva para o mundo do Cerrado” - CAPES - demonstram os efeitos na sociobiodiversidade da seguinte

maneira: de um lado há um contínuo processo de erosão genética; de outro, a invasão da cidade nas aldeias modifica a língua, os costumes e gostos da juventude; o regime de crença; a ligação com a ancestralidade e o a alimentação dos povos Karajá.

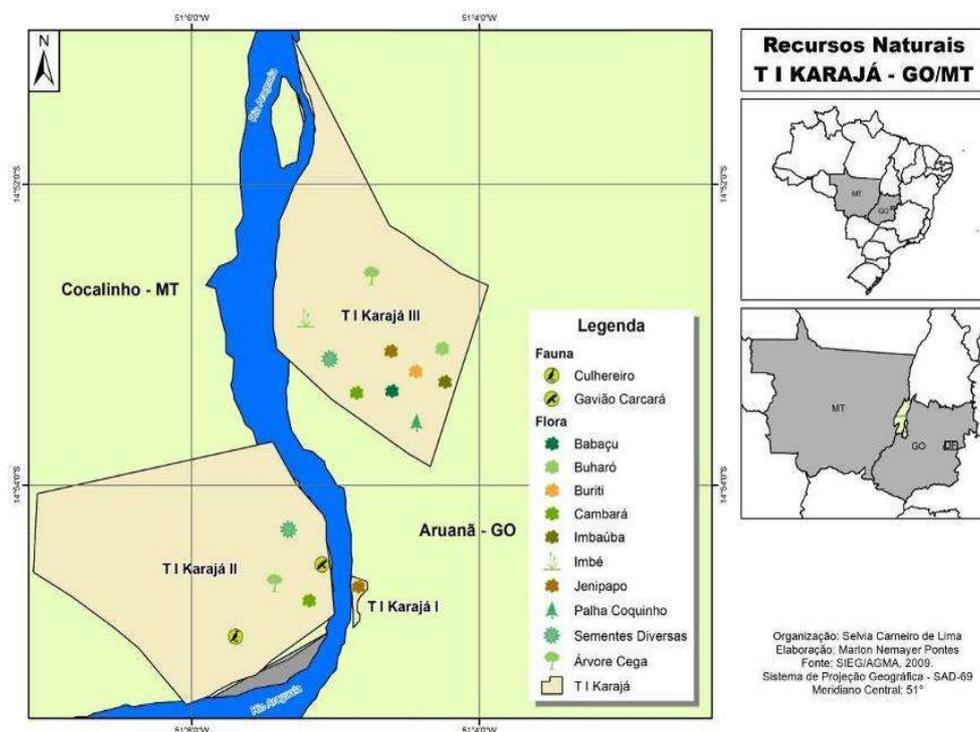


Figura 2. Sociobiodiversidade nos territórios Karajá de Aruanã – GO.

Fonte: Lima, 2016.

A diminuição dos peixes dos rios, de tracaças nos lagos, a oferta de refrigerantes, a dependência da compra de cereais em supermercados, além de alterarem a comida Karajá recoloca o significado do alimento. As atividades de suportes da alimentação, isto é, a caça, a pesca e a coleta – próprias da cultura Karajá - ao serem substituídas pela dependência dos supermercados, forçam a proletarização dos povos Karajá. Isso faz com que a comida coma os povos no que é mais original: nas suas raízes, nos seus costumes e nas suas relações afetivas.

Quando a comida come o povo instala-se mais uma forma de violência. Lima (2019, p. 69), ao fazer referência aos problemas que aturdem os povos indígenas, revela que a violência é um signo permanente da relação dos grupos dominantes da sociedade brasileira com os povos indígenas. A geógrafa diz que

Se a violência corporal ainda incide sobre os povos indígenas que, agora, passam a ser vítimas da violência urbana, antigos problemas, tais como a demarcação de terras, ainda persistem. O pressuposto de que sem terra

os povos indígenas não existem e que a luta pela terra é o centro da dignidade indígena, de sua cultura e de sua língua, desafia a sociedade brasileira.

Os trabalhos recentes nas aldeias Buridina e Ariká mostram que problemas como alcoolismo, violência urbana, migração, proletarização, prostituição, adoecimento, suicídio e, inclusive, subnutrição flagelam os povos indígenas Karajá. A mudança do regime alimentar, a substituição do rio Araguaia pelo supermercado como fontes de abastecimento da dieta; a introdução demasiada do açúcar e de refrigerantes nas dietas diárias são demonstrações que, ao invés de gerar saúde, o alimento intoxica, vicia, adocece.

Essa patologização da vida, que se expressa não só na dimensão alimentar, não tem encontrado no turismo um importante foco de resistência, nem como campo do saber, nem como atividade econômica que tem estreita relação com a conservação da sociobiodiversidade para manter a atratividade das localidades. No afã de sustentar uma sociedade na qual o adoecimento crônico cresce proporcionalmente com a busca incessante pela felicidade, o turismo se distancia da politização da vida. Despolitizando a vida, aliena a existência. É um produto bem acabado da articulação entre mais-valor e mais gozar (KEHL, 2015).

ALIMENTAÇÃO – COMER É UM ATO POLÍTICO!

Nos textos oficiais, a alimentação aparece em articulação com as diretrizes da atividade turística: Os empreendimentos e profissionais do turismo, apoiados pelos órgãos públicos, devem zelar por segurança, prevenção de acidentes, condições sanitárias e higiene dos alimentos daqueles que recorram a seus serviços. Deverão, ainda, se preocupar com a existência de sistemas de seguros e de assistência adequados (BRASIL, 2018, p. 72).

O “zelo” pela alimentação dos turistas reverbera-se, na prática, no monopólio da comercialização de produtos alimentícios pelas redes de supermercado. De acordo com o estudo de uma ONG britânica, Oxfam, “os supermercados ficam com uma quantidade cada vez maior do dinheiro que seus consumidores gastam em suas lojas - em alguns casos, esse valor chega a 50%, enquanto a parcela que fica com trabalhadores e produtores rurais pode ser menos de 5%” (UOL, 2018). O estudo revela o aumento significativo (mais de 50%) dos preços dos produtos brasileiros nos mercados europeus e americanos desde 1990, sem que isso atinja positivamente o pequeno produtor, que responde pela produção majoritária de alimentos. Esses dados costuram a relação entre o turismo, a alimentação e a exploração do trabalho.

Ocorre via alimentação a ameaça à segurança e soberania alimentar dos povos, seja pela imposição dos transgênicos, o envenenamento em massa da população, a diminuição da diversidade produtiva. As opções de consumo da parcela mais pobre da população expressam essa redução da diversidade produtiva. Aqui também as identidades locais se apresentam ameaçadas, haja vista que a

alimentação é notadamente um ato cultural, elo de afirmação e transmissão de saberes geracionais.

Outro processo que reitera a alimentação como um componente-chave na leitura das determinações territoriais diz respeito à crescente fusão agricultura-indústria farmacológica, cujos resultados apontam para uma vida medicalizada e sob domínio da geopolítica internacional (AMAZONIA, 2018).

É diante desse cenário, e a partir de leituras que compartilham dessa perspectiva crítica da relação entre turismo e alimentação, que experiências sociais concretas vêm sendo gestadas por sujeitos e movimentos sociais que disputam esses territórios, seus saberes e sabores, a exemplo dos produtores de Chocolate Premium, no assentamento Terra Vista, no sul da Bahia (MENEGAZZI, 2019) ou da indústria indígena colombiana, duas faces da afirmação da autodeterminação territorial vinculadas à alimentação e fortalecidas por um entendimento de que o turismo é uma mediação social em disputa, e não um *apriori* que deve impor uma racionalidade estranha às relações locais.



Figura 1. Foto da divulgação da Indústria Indígena Colombiana

Fonte: MELO, T.S.; Trabalho de Campo em Março de 2019 em Bogotá.

A geopolítica dos alimentos e do turismo se encontra no campo. E o lugar do campo numa sociedade moderna, que insiste em pejorativar o rural e enobrecer o urbano, não poderia ser outro: o do descaso. Sem uma mídia independente que noticie o avanço dos interesses do capital transnacional em territórios ocupados por camponeses e populações tradicionais, a população fica refém dessa separação/alienação entre consumo e processo produtivo. Enquanto os

defensores do agronegócio se organizam para ter acesso à comida saudável (CASTILHO, 2018), a população fica à mercê de uma alimentação restrita, cada dia mais envenenada e transgênica (FLECK, 2018), inclusive em hábitos já considerados culturais, como a cerveja (MORITI NETO, 2018). E como não querem perder vendas, as empresas optam por esconderem as informações de seus produtos (SWI, 2016), pois sabem que um traço crescente nesse capitalismo cognitivo, apesar do esforço empresarial no sentido oposto, é o consumo de produtos e serviços balizados pelos posicionamentos das empresas (MELO, 2018). E não é raro que empresas que se gabem de seu comprometimento social, como a Starbucks, sejam flagradas ligadas à cadeias produtivas que cometem crimes de diversas ordens (PENHA, 2018).

Contra o crescimento das feiras gastronômicas, populares ou de luxo, que são o principal atrativo turístico em determinadas localidades, e que completam o acervo de atrações de eventos e equipamentos em outras, crescem as notícias do domínio das grandes cadeias de alimentos e de supermercados sobre a autodeterminação produtiva dos camponeses no mundo todo. Esse controle está diretamente ligado aos dois lados de uma única moeda: o crescimento mundial da obesidade e da desnutrição (JACOBS, RICHTEL, 2017).

O exército de vendas diretas da Nestlé faz parte de uma mudança mais ampla na *estratégia das indústrias alimentícias, que inclui a entrega de junk food e bebidas açucaradas consumidas no Ocidente até os rincões mais isolados da América Latina, África e Ásia*. Enquanto suas vendas caem nos países mais ricos, as multinacionais do gênero alimentício, como Nestlé, PepsiCo e General Mills, aumentam *sua presença de forma acintosa* nos países em desenvolvimento, comercializando seus produtos tão ostensivamente *que chegam a transtornar os hábitos alimentares tradicionais do Brasil, Gana e Índia*.

O New York Times analisou os registros de empresas, estudos epidemiológicos e relatórios governamentais, assim como realizou entrevistas com vários nutricionistas e especialistas em saúde do mundo todo que revelam uma mudança radical na maneira como os alimentos são produzidos, distribuídos e anunciados em grande parte do mundo. Isso, segundo especialistas em saúde pública, está contribuindo para uma nova epidemia de diabetes e problemas cardíacos; doenças crônicas associadas às elevadas taxas de obesidade de regiões que há apenas uma década lutavam para combater a fome e a desnutrição.

A nova realidade pode ser compreendida com um único e incontestável fato: no mundo todo, o número de

obesos superou o de indivíduos com baixo peso. Simultaneamente, *a disponibilidade crescente de alimentos altamente calóricos e pobres em nutrientes está gerando um novo tipo de desnutrição, caracterizada por um número cada vez maior de pessoas com sobrepeso que, ao mesmo tempo, tem uma nutrição precária.*

“A história vigente é que este é o melhor dos mundos possíveis: alimentos baratos e amplamente disponíveis. Se você não analisa a questão a fundo, faz sentido”, afirmou Anthony Winson, que estuda política econômica de nutrição na Universidade de Guelph, em Ontário. Um olhar mais cuidadoso, entretanto, revela uma história muito diferente, conclui. *“Para deixar claro: a forma como estamos nos alimentando está nos matando”.*

O problema se refere tanto à economia quanto à nutrição. *À medida que as multinacionais avançam nos países em desenvolvimento, elas alteram a agricultura local, estimulando agricultores a trocar as culturas de subsistência por commodities mais rentáveis, como cana-de-açúcar, milho e soja: a base de muitos produtos alimentícios industrializados.*

É um ecossistema econômico que atrai lojas familiares, grandes varejistas, fabricantes e distribuidores de alimentos e pequenos vendedores como da Silva.

Em lugares tão distantes como a China, África do Sul e Colômbia, o crescente poder das grandes empresas de alimentos também se traduz em influência política, o que impede que autoridades em saúde pública consigam taxar refrigerantes ou criar leis destinadas a restringir os impactos dos alimentos processados na saúde.

“Em uma época em que o crescimento ocorre de forma mais moderada nas economias estabelecidas, acredito que a postura mais enérgica no mercado emergente irá prevalecer”, afirmou recentemente o diretor-executivo da Nestlé a investidores. Os mercados em desenvolvimento hoje são responsáveis por 42% das vendas da empresa.

Para algumas empresas do ramo, isso significa mirar especificamente no público jovem, como Ahmet Bozer, presidente da Coca-Cola, descreveu a investidores em 2014. “Metade da população mundial não tomou uma Coca nos últimos 30 dias”, disse. “Há 600 milhões de adolescentes que não tomaram uma Coca na última

semana. Então temos uma enorme oportunidade”
(JACOBS, RICHTEL, 2017, s/p., grifo nosso).

A força política aliada à força econômica faz destas empresas agentes de rupturas culturais amplas, que começam pela alimentação e terminam em monopólios. Desde a compra de empresas concorrentes, passando pelo reordenamento de dietas de uma localidade inteira, tais empresas têm condições de traçarem suas táticas de mercado em médio prazo. Isso faz, por exemplo, com que grande parte dos estabelecimentos em Moçambique tenha opções de refrigerantes da Coca-Cola mais baratos que água. Se juntar a isso o discurso/realidade sanitaria que incide sobre grande parte dos países de Nuestra América, África e Ásia estarão dadas as condições para uma reconfiguração da cadeia produtiva agrícola.

Registro, por exemplo, que em Inhambane, em 2016, a produção da associação agrícola campesina mais produtiva era toda orientada em função do consumo de um resort. É dizer, enquanto os hóspedes destes estabelecimentos têm acesso à sucos de frutas naturais, verduras e legumes, à diversidade de produtos alimentares nos estabelecimentos que atendem a população local e turistas com menor poder aquisitivo diminui. Nessa altura era difícil encontrar suco natural de frutas nos estabelecimentos do núcleo urbano de Inhambane. Ao passo que o consumo de refrigerantes e produtos industrializados cresce a olhos nus, como nos territórios Karajá. Coincidência?

PARA NÃO PERDER A FOME (DE EMANCIPAÇÃO POPULAR): considerações finais

A questão não é (só) o quê e o porquê os Karajá estão comendo. O olhar refinado da sociologia de Florestan Fernandes e tantas outras ilustres teorias aportam as condições para estabelecer nexos causais entre as materialidades das ações e suas sustentações como narrativas. Engole-se o ethos indígena com gosto de sangue de quem trabalha no lustroso agronegócio e com cheiro das matas que ardem.

A ruptura com a integração metabólica ser humano-natureza alcança sujeitos que se quer optaram por esse projeto de sociedade. São engolidos, comidos, expulsos por quem, igualmente, não já não pode se alimentar descentemente. Aparecem bolhas de soluções. Plantações de um ou outro gênero alimentício cultivado organicamente. Isso não repõe o entendimento indígena indissociável entre alimentar-se e existir. Por isso na gramática dos movimentos sociais propõe-se a agroecologia como um novo momento da interação metabólica citada, e não o simples produzir orgânico. Ainda sim as existências indígenas pulsam outras experiências, que não as determinadas pelas relações não indígenas. Cabe o Estado, para cumprir a Constituição, garantir o direito à autodeterminação territorial destas populações. Que possam ser autônomos na medida e na velocidade com que querem algum tipo de transformações de suas relações com a Terra.

Excesso de açúcar, de sal, de álcool, temperados com a degradação da sociobiodiversidade e da negação de direitos humanos fundamentais, são a mistura com a qual estamos servindo aos ocupantes originários do “território brasileiro” (cujos imperativos são antes estranhos à boa parte das pessoas que aqui vivem) sua refeição mais amarga, porque servida na mesa de uma suposta civilidade. É preciso dizer: estamos engolindo os indígenas e os forçando a ingerir o mais azedo da barbárie enquanto esperamos entre campeonatos de futebol e novelas que este seja o ônus inevitável de um progresso que um dia a de chegar... a despeito de todas as provas históricas em contrário a respeito de concentração de renda nas sociedades cegas por esse apetite desumano por acumulação de capital.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Geralda. A captura do Cerrado e a precarização de territórios: um olhar sobre os sujeitos excluídos in ALMEIDA, Maria Geralda (Org.) *Tantos Cerrados*. Goiânia: Vieira, 2005, p. 321-347.

AMAZONIA. EUA registram propriedade medicinal do jambu e impedem pesquisa da Universidade Federal do Amazonas. (2018). Disponível em: <<http://amazonia.org.br/2018/06/eua-registram-propriedade-medicinal-do-jambu-e-impedem-pesquisa-da-universidade-federal-do-amazonas/>> Acesso em 17/Nov/2018.

ANTUNES, R. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2019.

BRASIL. *Plano Nacional de Turismo 2018-2022: mais emprego e renda para o Brasil*. Brasília: MTur, 2018.

BARBOSA, Altair Sales. NETO, Antônio Teixeira. GOMES, Horieste. *Geografia: Goiás-Tocantins*. Goiânia: UFG, 2005.

CASTILHO, A. L. Novo defensor dos agrotóxicos, Nizan Guanaes tem casa de campo com horta orgânica. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2018/06/21/novo-defensor-dos-agrotoxicos-nizan-guanaes-tem-casa-de-campo-com-horta-organica/>> Acesso em 17/Nov/2018.

CASTILHO, A. L. *O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2012.

CHAVEIRO, E. F. Cerrado e território: conflitos socioespaciais na apropriação da Biodiversidade – os povos indígenas Karajás, Aruanã – GO. *Revista Ateliê Geográfico*. Goiânia. Vol. 1 n. 9 – Fev 2010. P.64-83

CHAVEIRO, E. F.; CALAÇA, M. Por uma abordagem territorial do Cerrado goiano. In: Geografia da e para a cooperação ao desenvolvimento territorial: experiências brasileiras e italianas. SAQUET, M.; DANSERO, E.; CANDIOTTO, L. (ORGs). São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CHAVEIRO, E. F. Os povos indígenas Karajá de Aruanã-GO e os conflitos da apropriação do Cerrado: os múltiplos sentidos do etnoturismo. In: LIMA, I.B. Etnodesenvolvimento e gestão territorial: comunidades indígenas e quilombolas. Curitiba: CRV, 2014.

CHAVEIRO, E. F. O turismo na periferia do capitalismo – sequestro da paisagem. Redel – Revista Granmense de Desarrollo Local. Vol. 2 n. 3. Julio-septiembre, 2018.

DIEGUES, A. C. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza. São Paulo: Ed. HUCITEC, 2000, p. 1 - 46.

FLECK, G. Produzimos algo que deixou de ser alimento, virou commodity e agroenergia. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/entrevistas-2/2018/06/produzimos-algo-que-deixou-de-ser-alimento-virou-commodity-e-agroenergia/>> Acesso em 17/Nov/2018.

JACOBS, A.; RICHTEL, M. Como a grande indústria viciou o Brasil em junk food. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2017/09/16/health/brasil-junk-food.html>> Acesso em 17/Nov/2018.

LIMA, S. C. ESCRITORES INDÍGENAS E PRODUÇÃO LITERÁRIA NO BRASIL: sujeitos em movimento. Tese de doutoramento defendida no IESA/UFG: Goiânia, 2016.

LIMA FILHO, M. F. Karajá de Aruanã. In: MOURA, Marlene Castro Ossami de (Org.). Índios de Goiás: uma perspectiva histórico-cultural. Goiânia: Ed. da UCG/Ed. Vieira/Ed. Kelps, 2006.

LOIOLA, S. A. Por uma Geografia do passado distante - marcas pretéritas na paisagem como memória espacial das sociedades autóctones. 187 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

MARQUES, N.R. Os discursos concorrentes de desenvolvimento na Chapada dos Veadeiros: turismo e mineração em Cavalcante – GO. Dissertação de mestrado. Centro de Excelência em Turismo. 96 ps. Brasília: UNB, 2018.

MENEGAZZI, D. Jovens Assentados produzem chocolate com cacau orgânico no sul da Bahia. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/07/16/jovens-e-mulheres-frente-o-desafio-de-assumir-o-futuro-no-assentamento-terra-vista/>> Acesso em 05/Nov/2019.

MELO, T. S. Solvitur ambulando: uma viagem rumo à autodeterminação popular. Análises da turistificação da existência e modernização dos territórios como

componentes da metanarrativa capitalista. 2018. 402 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

MOTTA, Olga Maria Fernandez. Os Karajá, o rio Araguaia e os outros: territorialidades em conflito. 95f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2004.

MORITI NETO. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/07/02/transgenicos-no-brasil-x-mexico-da-cerveja-todo-mundo-perde/>> Acesso em 17/Nov/2018.

PENHA, D. Disponível em <<https://reporterbrasil.org.br/2018/08/fazenda-de-cafe-certificada-pela-starbucks-e-flagrada-com-trabalho-escravo/>> Acesso em 17/Nov/2018.

VASSALO, L. Parecer caracteriza ataques a indígenas em MS como crime contra a humanidade. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2019/05/01/parecer-caracteriza-ataques-a-indigenas-em-ms-como-crimes-contra-a-humanidade.htm?fbclid=IwAR3UfYPymdVKrDnJq8WJmyKuSxb_ZYA_Ri7-vnTWSe8x6-034BfXyn26qgc> Acesso em 10/Maio/2019.

SWI. (2016). Disponível em <https://www.swissinfo.ch/por/etiquetagem_nestl%C3%A9-%C3%A9-multada-no-brasil-por-n%C3%A3o-informar-presen%C3%A7a-de-transg%C3%AAnicos/41990246> Acesso em 17/Nov/2018.

Contato com o autor: Thiago Sebastião de Melo <sebastianodemelo@gmail.com>

Recebido em: 19/01/2020

Aprovado em: 27/05/2020